



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Ministério da Fazenda	Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União	
De <u>13</u> / <u>05</u> / <u>2004</u>	
<i>[Assinatura]</i>	
VISTO	

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10930.002703/99-75  
Recurso nº : 118.034  
Acórdão nº : 201-77.270

Recorrente : USPAR - SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO S/C LTDA.  
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Segundo Conselho de Contribuintes  
Centro de Documentação  
**RECURSO ESPECIAL**  
Nº RD 201-118034

### DECADÊNCIA.

A decadência de tributos lançados por homologação é de cinco anos da data da ocorrência do fato gerador, desde que haja antecipação de pagamento (art. 150, § 4º, do CTN).

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por USPAR - SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO S/C LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento ao recurso**. Vencidas as Conselheiras Adriana Gomes Rêgo Galvão e Josefa Maria Coelho Marques.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2003.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*Sérgio Gomes Velloso*  
Sérgio Gomes Velloso  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Hélio José Bernz e Rogério Gustavo Dreyer.  
Ausente, justificadamente, o Conselheiro Serafim Fernandes Corrêa.



Processo nº : 10930.002703/99-75

Recurso nº : 118.034

Acórdão nº : 201-77.270

Recorrente : USPAR - SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO S/C LTDA.

### RELATÓRIO

Contra a recorrente foi lavrado o auto de infração de fls. 29/31, exigindo os débitos de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins não declarados e não pagos de janeiro a dezembro de 1993 e janeiro a março de 1999.

Inconformada com a autuação, a recorrente apresentou a impugnação de fls. 34/37, alegando que:

1. é sociedade civil prestadora de serviço profissional legalmente regulamentado, estando isenta da Cofins;
2. não há perda do benefício da isenção em razão da opção pelo regime de tributação no que concerne ao Imposto sobre a Renda;
3. o Parecer Normativo nº 3/94 não tem o condão de afastar a isenção;
4. o art. 111 do CTN prevê a interpretação literal das normas que outorgam isenção;
5. o STJ já decidiu favoravelmente à sua tese;
6. esclarece que realizou os pagamentos quanto ao período de janeiro a março de 1999, por entender que as articulações desenvolvidas não abarcam este interregno; e
7. operou-se a decadência do direito de o Fisco lançar o crédito tributário.

A decisão de primeira instância julgou procedente em parte o lançamento fiscal, com a seguinte ementa, fls. 45/52:

#### "NULIDADE.

*Somente ensejam a nulidade os atos e termos lavrados por pessoa incompetente e os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.*

#### **ISENÇÃO. SOCIEDADES CIVIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS ÀS PROFISSÕES REGULAMENTADAS.**

*As sociedades civis prestadoras de serviços profissionais legalmente regulamentados, que optarem pelo regime de tributação de que trata o art. 2º da Lei nº 8.541 de 23 de dezembro de 1992, (lucro real, presumido ou arbitrado) não se beneficiam da isenção a que se refere o art. 6º da Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991.*

#### **DECADÊNCIA.**

*Decai em 10 anos o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito correspondente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS.*

#### **LANÇAMENTO PROCEDENTE EM PARTE."**

Ainda inconformada, a recorrente interpôs o recurso voluntário de fls. 57/65, expondo os mesmos argumentos da peça impugnatória.

2



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

**Processo nº : 10930.002703/99-75**  
**Recurso nº : 118.034**  
**Acórdão nº : 201-77.270**

Subiram os autos a este E. Conselho de Contribuintes, após o arrolamento de bens e direitos da recorrente.

É o relatório, passo a decidir.

H

*[Assinatura]* 3



Processo nº : 10930.002703/99-75  
Recurso nº : 118.034  
Acórdão nº : 201-77.270

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
SÉRGIO GOMES VELLOSO

A interposição do recurso se deu tempestivamente e atende aos demais requisitos, dele tomo conhecimento.

São dois os aspectos abordados pela contribuinte no recurso voluntário: 1) a decadência do direito de o Fisco constituir o crédito tributário; e 2) a improcedência da exigência por se tratar de pessoa jurídica isenta da Cofins.

Quanto à preliminar, assiste razão à recorrente, pois que como se constata dos autos, no período autuado, foram recolhidos valores a título de Cofins, em que pese ela considerar-se isenta do pagamento desta contribuição.

Assim, se houve pagamentos pela contribuinte, o prazo para o Fisco constituir o crédito tributário é aquele prescrito no § 4º do art. 150 do CTN, que estabelece:

“...

*§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.”*

Este C. Conselho de Contribuintes, em outras ocasiões, Acórdãos nºs 201-74.007 e 202-11.442, já decidiu que em hipóteses em que há recolhimento pelo contribuinte, o prazo de decadência é aquele prescrito no mencionado § 4º do art. 150 do CTN.

Ao contrário da decisão recorrida, não se trata do prazo a que se refere à Lei nº 8.212/91, pois compete à lei complementar, e não à legislação ordinária dispor sobre o prazo de decadência para constituição do crédito tributário pela Fazenda Pública.

Portanto, merece acolhida a preliminar levantada pela recorrente.

Havendo a contribuinte efetuado o pagamento da Cofins relativa aos fatos geradores ocorridos em 1999, resta extinta a exigência fiscal objeto do Auto de Infração, pois todos os demais débitos referem-se a 1993.

Voto, pois, no sentido de acolher a preliminar de decadência suscitada pela recorrente, para dar provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2003.

SÉRGIO GOMES VELLOSO